



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 3763

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais e firma convênio)

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 10/09/1996

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 87/96. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 360.000,00, para atender convênios com o Hospital Aroldo Tourinho, a Santa Casa e a Pastoral da Criança.

**Controle Interno – Caixa:** 05

**Posição:** 28

**Número de folhas:** 14

---

Especie: 12  
Categoria: crédito  
U: 05  
Ordem: 28  
nº fls: 12



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº

87/96

AUTOR: \_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

### ASSUNTO:

Autorizando a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente, no valor de R\$ 360.000,00, para atender Convênios com o Hospital Aroldo Toyrinho e a Santa Casa e a Pastoral da Criança.

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 10.09.96
- 2 À Com. de Leg. e Justiça
- 3 Aprovado em regime
- 4 de urgência - 19.09.96
- 5 à sanção.
- 6 Arquivado -
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa

# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG.

Consultoria Jurídica

PROJETO DE LEI Nº

1996.

Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar ao Orçamento vigente e dá outras providências.

Lei:

A Câmara Municipal aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) nas seguintes dotações da Secretaria Municipal de Saúde:

1101-1375 428 4005|3231 - Fundação Hospitalar de Montes Claros - R\$ 128.000,00;

1101- 13754284024|3231 - Santa Casa de Caridade de Montes Claros- R\$ 128.000,00;

1101- 1375 428 4007|3231 - Pastoral da Criança - R\$ 104.000,00.

Art. 2º - Como recurso à abertura do crédito especificado no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a anular a dotação no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) das seguintes Secretarias:

Secretaria de Planejamento e Coordenação:

06.03 - 1376 448 1002|4110 - R\$ 100.000,00

06.03 - 1376 448 1007|4110 - R\$ 150.000,00

Secretaria de Serviços Urbanos:

09.03 - 1060 327 1038|4110 - R\$ 10.000,00

09.04 - 1691 573 1026|4110 - R\$ 100.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de agosto de 1996.

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito de Montes Claros





Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG

C O N V E N I O  
-----

Convênio que entre si celebram o Município de Montes Claros, inscrito no C G C sob o no. 22.678.874.0001/35, representado pelo Sr. Prefeito, LUIZ TADEU LEITE, brasileiro, casado, C P F no. 139.916.806-10, aqui chamado CONVENIENTE, e de outro lado, a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS, Mantenedora do Hospital Aroldo Tourinho, inscrita no C G C sob o no. 16.920.928.001/24, representada por Dr. JOÃO BOSCO MARTINS DE ABREU, brasileiro, casado, empresário, e, a SANTA CASA DE CARIDADE DE MONTES CLAROS, inscrita no C G C sob o no. 22.669.931/0001-10, representada por ELIAS SIUF, brasileiro, casado, empresário, aqui chamados CONVENIADOS, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e aceitam:

## CLAUSULA PRIMEIRA:

Este Convênio é celebrado nos termos do artigo 116, §§ 1o., incs. de I a VI e 2o., da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

## CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR E OBJETO :

O presente Convênio tem o valor de R\$256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais) e por objeto repassar a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) mensais aos CONVENIADOS, para assegurar-lhes o atendimento de emergência e urgência gratuita, universal e igualitária aos pacientes que os procurarem, em suas unidades de socorro, sem qualquer custo para esses, até o limite posto na cláusula quinta, III, deste instrumento, sendo que, nos últimos 10 (dez) dias, serão repassados mais R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

## PARAGRAFO ÚNICO :

Para fins deste Convênio, adota-se a definição contida na Resolução no. 1451/95, do Conselho Federal de Medicina - CFM:

a - Define-se por URGENCIA a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata.

b - Define-se por EMERGENCIA a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato.

## CLAUSULA TERCEIRA:

O prazo deste Convênio é de 160 (cento e sessenta) dias, iniciando-se em 19 de julho, com término previsto para 31 de dezembro de 1.996.





#### CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE:

I - Repassar para os Hospitais CONVENIADOS a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais); mensalmente, até o 5o. dia útil subsequente ao vencido.

II - Instalar central de leitos para suprir internamentos;

III - agilizar o funcionamento dos Centros de Saúde e das Policlínicas em horários adequados, para evitar a sobrecarga da CONVENIADA;

IV - assegurar o número de AIH'S, de acordo com a capacidade máxima da CONVENIADA;

V - divulgar pela mídia, os direitos e as obrigações dos usuários e da CONVENIADA, com prévia aprovação desta das peças publicitárias.

#### CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

I - Receber a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mediante assinatura de documentos próprios.

II - assegurar atendimento de urgência e emergência gratuita e universal, em seus prontos-socorros, a todos os pacientes que necessitarem desta assistência médica, nos termos deste Convênio;

III - assumir a quota de atendimento mensal de 15.000 (quinze mil) consultas e 6.000 (seis mil) atendimentos com procedimentos divididos, igualmente entre os CONVENIADOS. A quantidade estabelecida poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com as partes CONVENIENTES;

IV - manter, em cada pronto-socorro, em regime de plantão no local, equipe médica de urgência/emergência, constituída de um clínico, um pediatra, um ortopedista, bem como um cirurgião geral e um anestesista em regime de sobreaviso;

V - garantir o atendimento de urgência e emergência com médico especialista, quando for o caso.

VI - Orientar e encaminhar corretamente os pacientes atendidos para a continuação adequada do tratamento;

VII - manter registro dos atendimentos, definido de comum acordo com o gestor municipal, adequado às ações de controle e avaliação do SUS;

VIII - coibir e apurar, internamente, as irregularidades no atendimento e, quando for o caso, tomar as medidas pertinentes;

IX - não permitir, em absoluto, qualquer cobrança sob qualquer pretexto, pelo atendimento de urgência e emergência;



X - utilizar os procedimentos autorizados pelo SUS, exclusivamente com os usuários do SUS.

CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DOS CONVENTES:

Pelo presente Convênio, o CONVENIENTE E CONVENIADA se comprometem, de comum acordo, a elidir esforços para adesão de terceiros, no sentido de proverem os R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) restantes, para completar o orçamento de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e, só assim, satisfazerem plenamente o custo do objeto constante deste instrumento.

Este Convênio poderá ser revogado por conveniência das partes, ocorrendo descumprimento das suas cláusulas, mediante prévia comunicação .

CLAUSULA SETIMA -


Este Convênio poderá ser renovado nesta ou em outras bases e condições, em havendo interesse das partes.

CLAUSULA OITAVA:


Elegem as partes CONVENIADAS o Foro desta Comarca de Montes Claros//MG para nele dirimirem todas as questões oriundas deste Convênio.

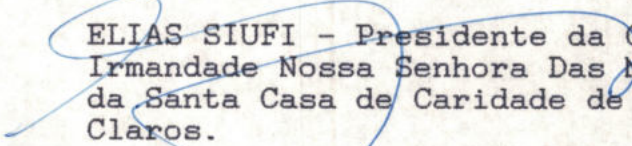
E, por estarem assim ajustadas, assinam este Convênio, CONVENIENTE , CONVENIADA e testemunhas para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

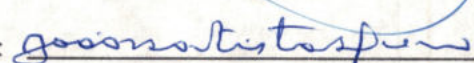
Montes Claros, 19 de julho de 1.996.

  
LUIZ TADEU LEITE  
Prefeito de Montes Claros  
CONVENIENTE

CONVENIADOS:

  
JOÃO BOSCO MARTINS DE ABREU -PROVEDOR  
Fundação Hospitalar de Montes Claros  
(Hospital Aroldo Tourinho)

  
ELIAS SIUFI - Presidente da Comissão Diretora  
Irmandade Nossa Senhora Das Mercês  
da Santa Casa de Caridade de Montes  
Claros.

testemunhas: 





Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG

## C O N V E N I O

=====



Convênio que entre si celebram o Município de Montes Claros, inscrito no C G C sob o no. 22.678.874.0001/35, representado pelo Sr. Prefeito, LUIZ TADEU LEITE, brasileiro, casado, C P F no. 139.916.806-10, aqui chamado CONVENIENTE, e de outro lado, a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS, Mantenedora do Hospital Aroldo Tourinho, inscrita no C G C sob o no. 16.920.928.001/24, representada por Dr. JOÃO BOSCO MARTINS DE ABREU, brasileiro, casado, empresário, e, a SANTA CASA DE CARIDADE DE MONTES CLAROS, inscrita no C G C sob o no. 22.669.931/0001-10, representada por ELIAS SIUF, brasileiro, casado, empresário, aqui chamados CONVENIADOS, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e aceitam:

## CLAUSULA PRIMEIRA:

Este Convênio é celebrado nos termos do artigo 116, §§ 1o., incs. de I a VI e 2o., da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

## CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR E OBJETO :

O presente Convênio tem o valor de R\$256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais) e por objeto repassar a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) mensais aos CONVENIADOS, para assegurar-lhes o atendimento de emergência e urgência gratuita, universal e igualitária aos pacientes que os procurarem, em suas unidades de socorro, sem qualquer custo para esses, até o limite posto na cláusula quinta, III, deste instrumento, sendo que, nos últimos 10 (dez) dias, serão repassados mais R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

## PARAGRAFO único :

Para fins deste Convênio, adota-se a definição contida na Resolução no. 1451/95, do Conselho Federal de Medicina - CFM:

a - Define-se por URGENCIA a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata.

b - Define-se por EMERGENCIA a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato.

## CLAUSULA TERCEIRA:

O prazo deste Convênio é de 160 (cento e sessenta) dias, iniciando-se em 19 de julho, com término previsto para 31 de dezembro de 1.996.





#### CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE:

I - Repassar para os Hospitais CONVENIADOS a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais); mensalmente, até o 5o. dia útil subsequente ao vencido.

II - Instalar central de leitos para suprir internamentos;

III - agilizar o funcionamento dos Centros de Saúde e das Policlínicas em horários adequados, para evitar a sobrecarga da CONVENIADA;

IV - assegurar o número de AIH"S, de acordo com a capacidade máxima da CONVENIADA;

V - divulgar pela mídia, os direitos e as obrigações dos usuários e da CONVENIADA, com prévia aprovação desta das peças publicitárias.

#### CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

I - Receber a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mediante assinatura de documentos próprios.

II - assegurar atendimento de urgência e emergência gratuita e universal, em seus prontos-socorros, a todos os pacientes que necessitarem desta assistência médica, nos termos deste Convênio;

III - assumir a quota de atendimento mensal de 15.000 (quinze mil) consultas e 6.000 (seis mil) atendimentos com procedimentos divididos, igualmente entre os CONVENIADOS. A quantidade estabelecida poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com as partes CONVENIENTES;

IV - manter, em cada pronto-socorro, em regime de plantão no local, equipe médica de urgência/emergência, constituída de um clínico, um pediatra, um ortopedista, bem como um cirurgião geral e um anestesista em regime de sobreaviso;

V - garantir o atendimento de urgência e emergência com médico especialista, quando for o caso.

VI - Orientar e encaminhar corretamente os pacientes atendidos para a continuação adequada do tratamento;

VII - manter registro dos atendimentos, definido de comum acordo com o gestor municipal, adequado às ações de controle e avaliação do SUS;

VIII - coibir e apurar, internamente, as irregularidades no atendimento e, quando for o caso, tomar as medidas pertinentes;

IX - não permitir, em absoluto, qualquer cobrança sob qualquer pretexto, pelo atendimento de urgência e emergência;



X - utilizar os procedimentos autorizados pelo SUS, exclusivamente com os usuários do SUS.

CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DOS CONVENTES:

Pelo presente Convênio, o CONVENIENTE E CONVENIADA se comprometem, de comum acordo, a elidir esforços para adesão de terceiros, no sentido de proverem os R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) restantes, para completar o orçamento de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e, só assim, satisfazerem plenamente o custo do objeto constante deste instrumento.

Este Convênio poderá ser revogado por conveniência das partes, ocorrendo descumprimento das suas cláusulas, mediante prévia comunicação .

CLAUSULA SETIMA -

Este Convênio poderá ser renovado nesta ou em outras bases e condições, em havendo interesse das partes.

CLAUSULA OITAVA:

Elegem as partes CONVENIADAS o Foro desta Comarca de Montes Claros//MG para nele dirimirem todas as questões oriundas deste Convênio.

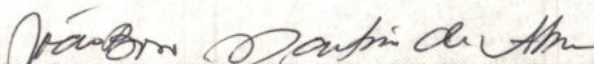
E, por estarem assim ajustadas, assinam este Convênio, CONVENIENTE , CONVENIADA e testemunhas para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Montes Claros, 19 de julho de 1.996.

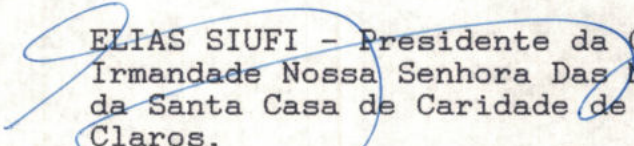


LUIZ TADEU LEITE  
Prefeito de Montes Claros  
CONVENIENTE

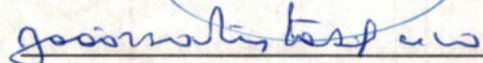
CONVENIADOS:



JOAO BOSCO MARTINS DE ABREU -PROVEDOR  
Fundação Hospitalar de Montes Claros  
(Hospital Aroldo Tourinho)



ELIAS SIUFI - Presidente da Comissão Diretora  
Irmandade Nossa Senhora Das Mercês  
da Santa Casa de Caridade de Montes  
Claros.

testemunhas: 





Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG

C O N V E N I O  
-----



Convênio que entre si celebram o Município de Montes Claros, inscrito no C G C sob o no. 22.678.874.0001/35, representado pelo Sr. Prefeito, LUIZ TADEU LEITE, brasileiro, casado, C P F no. 139.916.806-10, aqui chamado CONVENIENTE, e de outro lado, a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS, Mantenedora do Hospital Aroldo Tourinho, inscrita no C G C sob o no. 16.920.928.001/24, representada por Dr. JOAO BOSCO MARTINS DE ABREU, brasileiro, casado, empresário, e, a SANTA CASA DE CARIDADE DE MONTES CLAROS, inscrita no C G C sob o no. 22.669.931/0001-10, representada por ELIAS SIUF, brasileiro, casado, empresário, aqui chamados CONVENIADOS, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e aceitam:

CLAUSULA PRIMEIRA:

Este Convênio é celebrado nos termos do artigo 116, §§ 1o., incs. de I a VI e 2o., da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR E OBJETO :

O presente Convênio tem o valor de R\$256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais) e por objeto repassar a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) mensais aos CONVENIADOS, para assegurar-lhes o atendimento de emergência e urgência gratuita, universal e igualitária aos pacientes que os procurarem, em suas unidades de socorro, sem qualquer custo para esses, até o limite posto na cláusula quinta, III, deste instrumento, sendo que, nos últimos 10 (dez) dias, serão repassados mais R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

PARAGRAFO ÚNICO :

Para fins deste Convênio, adota-se a definição contida na Resolução no. 1451/95, do Conselho Federal de Medicina - CFM:

a - Define-se por URGENCIA a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata.

b - Define-se por EMERGENCIA a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato.

CLAUSULA TERCEIRA:

O prazo deste Convênio é de 160 (cento e sessenta) dias, iniciando-se em 19 de julho, com término previsto para 31 de dezembro de 1.996.



CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE:

I - Repassar para os Hospitais CONVENIADOS a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais); mensalmente, até o 5o. dia útil subsequente ao vencido.

II - Instalar central de leitos para suprir internamentos;

III - agilizar o funcionamento dos Centros de Saúde e das Policlínicas em horários adequados, para evitar a sobrecarga da CONVENIADA;

IV - assegurar o número de AIH'S, de acordo com a capacidade máxima da CONVENIADA;

V - divulgar pela mídia, os direitos e as obrigações dos usuários e da CONVENIADA, com prévia aprovação desta das peças publicitárias.

CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

I - Receber a importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais), mediante assinatura de documentos próprios.

II - assegurar atendimento de urgência e emergência gratuita e universal, em seus prontos-socorros, a todos os pacientes que necessitarem desta assistência médica, nos termos deste Convênio;

III - assumir a quota de atendimento mensal de 15.000 (quinze mil) consultas e 6.000 (seis mil) atendimentos com procedimentos divididos, igualmente entre os CONVENIADOS. A quantidade estabelecida poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com as partes CONVENENTES;

IV - manter, em cada pronto-socorro, em regime de plantão no local, equipe médica de urgência/emergência, constituída de um clínico, um pediatra, um ortopedista, bem como um cirurgião geral e um anestesista em regime de sobreaviso;

V - garantir o atendimento de urgência e emergência com médico especialista, quando for o caso.

VI - Orientar e encaminhar corretamente os pacientes atendidos para a continuação adequada do tratamento;

VII - manter registro dos atendimentos, definido de comum acordo com o gestor municipal, adequado às ações de controle e avaliação do SUS;

VIII - coibir e apurar, internamente, as irregularidades no atendimento e, quando for o caso, tomar as medidas pertinentes;

IX - não permitir, em absoluto, qualquer cobrança sob qualquer pretexto, pelo atendimento de urgência e emergência;





X - utilizar os procedimentos autorizados pelo SUS, exclusivamente com os usuários do SUS.

CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DOS CONVENTES:

Pelo presente Convênio, o CONVENIENTE E CONVENIADA se comprometem, de comum acordo, a elidir esforços para adesão de terceiros, no sentido de proverem os R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) restantes, para completar o orçamento de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e, só assim, satisfazerem plenamente o custo do objeto constante deste instrumento.

Este Convênio poderá ser revogado por conveniência das partes, ocorrendo descumprimento das suas cláusulas, mediante prévia comunicação .

CLAUSULA SETIMA -

Este Convênio poderá ser renovado nesta ou em outras bases e condições, em havendo interesse das partes.

CLAUSULA OITAVA:

Elegem as partes CONVENIADAS o Foro desta Comarca de Montes Claros//MG para nele dirimirem todas as questões oriundas deste Convênio.


E, por estarem assim ajustadas, assinam este Convênio, CONVENIENTE, CONVENIADA e testemunhas para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Montes Claros, 19 de julho de 1.996.

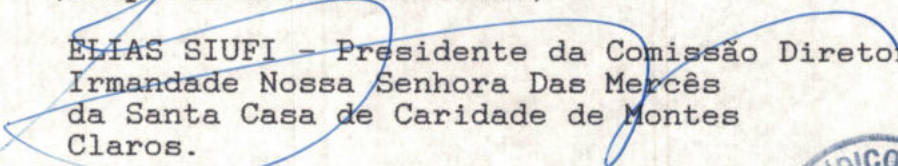


LUIZ TADEU LEITE  
Prefeito de Montes Claros  
CONVENIENTE

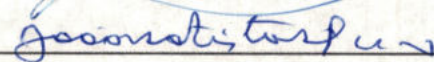
CONVENIADOS:



JOAO BOSCO MARTINS DE ABREU -PROVEDOR  
Fundação Hospitalar de Montes Claros  
(Hospital Aroldo Tourinho)



ELIAS SIUFI - Presidente da Comissão Diretora  
Irmandade Nossa Senhora Das Mercês  
da Santa Casa de Caridade de Montes  
Claros.

testemunhas: 





**PREFEITURA DE MONTES CLAROS**  
Av. Cula Mangabeira 211 - Centro - CEP - 39401 -002  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Montes Claros, 30 de agosto de 1996

**Ofício nº: 044/CJ/96**  
**Assunto : Encaminha Projeto de Lei**  
**Serviço : Consultoria Jurídica**

Exmº Senhor Presidente,

Temos a subida honra de submeter ao exame e aprovação dessa Casa o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade repassar recursos financeiros à Fundação Hospitalar de Montes Claros, mantenedora do Hospital Aroldo Tourinho e à Santa Casa de Caridade de Montes Claros, para que essas entidades possam utilizar os recursos referidos no Projeto, no suprimento de despesas com o atendimento de Emergência e Urgência à população mais necessitada em nosso Município.

Também no mesmo Projeto estamos solicitando desse Legislativo, a suplementação de recursos que serão repassados à Pastoral da Criança com o objetivo de permitir a essa entidade assistencial e filantrópica, implantar o "Programa de Saúde da Família", nos seguintes bairros da nossa cidade : Bairro Village do Lago, Independência, Vila Anália, Chiquinho Guimarães e Vila Atlântida.

Este programa, que já é de conhecimento de V. Exa., tem por finalidade atender, diretamente, as comunidades que se encontrem mais necessitadas de serviços de tratamento e assistência à sua saúde ; serviços esses que serão prestados por equipes dentro de um sistema inovador, prático e extremamente benéfico à população desses nossos bairros.

Acreditando e esperando a sensibilidade desse Legislativo no exame deste Projeto, que como outros encaminhados a essa Casa objetiva sobremaneira, atender ao Povo para o qual trabalhamos sempre e cada vez mais, pedimos urgência na sua aprovação, na forma do parágrafo 1º, artigo 53, da Constituição Municipal.

Por oportuno, fazemos juntar a este, cópia do Convênio firmado com a Fundação Hospitalar e a Santa Casa de Caridade de Montes Claros, para o "ad-referendum" desse Legislativo.



**PREFEITURA DE MONTES CLAROS**  
**Av. Cula Mangabeira 211 - Centro - CEP - 39401 -002**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Renovamos assim a V. Exa. e aos ilustres Vereadores , protestos de consideração e grande estima.

Atenciosamente,



**Luiz Tadeu Leite**  
**Prefeito de Montes Claros**

**Exmº Sr.**  
**Dr. Ivan José Lopes**  
**MD. Presidente do Legislativo Municipal**  
**NESTA**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE Legislação  
 e Justiça  
 EM 10 DE setembro DE 1976  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

*É legal e constitucional*

*Eduardo Nelson*

*Leandro Font*

*Adunio*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
UNICA  
 EM 19 DE setembro DE 1976  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 À SANÇÃO  
 EM 19 DE setembro DE 1976  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE